

PORTUGAL VOLUNTÁRIO 2031

Proposta de Visão Estratégica 2027-2031

*Mobilizar, Qualificar e Reconhecer:
Uma Estratégia Nacional de Voluntariado
para uma Cidadania Ativa*

Para consulta junto dos agentes do setor do voluntariado

Versão inicial elaborada pela *taskforce* composta por:

CPV, Pista Mágica, Animar

Com base no Relatório Final

"Recolha e Análise de Dados sobre o Universo do Voluntariado em Portugal"

(CASES/IESE, dezembro 2025)

SUMÁRIO EXECUTIVO

Portugal enfrenta um paradoxo crítico: embora disponha de um tecido associativo robusto e de uma vontade genuína de participação cívica, os seus indicadores de voluntariado situam-se entre os mais baixos da Europa do Sul (7,3% em 2022, segundo o Eurostat). O presente documento "Portugal Voluntário 2031" propõe uma Visão Estratégica de cinco anos para reverter esta tendência e posicionar o voluntariado como pilar central da coesão social, da cidadania ativa e do desenvolvimento sustentável do país.

A estratégia organiza-se em torno de quatro pilares interdependentes - Mobilizar, Qualificar, Reconhecer e Sustentar - e propõe um conjunto de 40+ ações concretas, distribuídas por um cronograma de curto, médio e longo prazo, envolvendo todos os agentes do ecossistema: OPV - Organizações Promotoras de Voluntariado, BLV - Bancos Locais de Voluntariado, autarquias, entidades da Economia Social, empresas, universidades e o Estado central.

A visão é clara e mensurável: até 2031, Portugal deverá ter aumentado a sua taxa de voluntariado formal e informal para 13%, mobilizado mais de 1,8 milhões de pessoas voluntárias ativas, e criado uma infraestrutura nacional de voluntariado reconhecida, financiada e avaliada por critérios de impacto.

4 PILARES Estratégicos	+40 AÇÕES Concretas	7 KPIs Mensuráveis	6 PAÍSES de Benchmarking
----------------------------------	-------------------------------	------------------------------	------------------------------------

1. INTRODUÇÃO E VISÃO GERAL

1.1 Declaração de Visão

"Em 2031, Portugal é um país onde cada pessoa cidadã - independentemente da sua idade, origem ou condição - tem acesso a uma oportunidade de voluntariado significativa, onde as organizações são capazes de acolher, reter e valorizar as suas pessoas voluntárias com excelência, e onde o Estado, as empresas e as universidades reconhecem e investem no voluntariado como motor de coesão social, inovação cívica e desenvolvimento sustentável."

1.2 Diagnóstico de base: Onde estamos em 2026

O Relatório Final da CASES/IESE (dezembro de 2025) fornece uma base diagnóstica sólida. Os dados revelam uma realidade dual: por um lado, o voluntariado conta com enorme dedicação e longevidade (50% das OPV tem mais de 15 anos de experiência); por outro, uma infraestrutura frágil, subfinanciada e com sérios défices de gestão profissional.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
> 694.454 pessoas voluntárias ativas (ITV 2018) > 85% das OPV promovem formação inicial > Ecossistema diversificado (IPSS, BLV, IES, empresas) > OPV com longa trajetória e missão consolidada > Crescente voluntariado universitário (R-VES: 25 IES)	> Taxa de voluntariado: 7,3% (média UE: 12,3%) > 63% das OPV sem medidas de retenção > 35% sem orçamento específico para voluntariado > Lei do Voluntariado desatualizada (1998) > Ausência de investigação sistemática

Os resultados deste estudo devem ser enquadrados nas **transformações demográficas e sociais** que estão a redefinir as condições de participação em Portugal. O envelhecimento demográfico, a redução da população em idade ativa, a longevidade crescente e as assimetrias territoriais exigem uma abordagem ao voluntariado capaz de mobilizar pessoas ao longo de todo o ciclo de vida e de responder de forma diferenciada às realidades dos territórios. Simultaneamente, a crescente **diversidade da sociedade portuguesa** reforça a necessidade de tornar o voluntariado mais inclusivo e acessível, reconhecendo todas as pessoas vistas habitualmente como destinatárias de apoio, também como potenciais participantes e agentes de coesão social. A estas transformações juntam-se a intensificação das crises e emergências, a digitalização e a evolução das formas de participação e da relação com o trabalho e com o tempo disponível.

Este contexto torna necessária uma evolução do ecossistema nacional de voluntariado: de um modelo centrado sobretudo na oferta tradicional de oportunidades para um sistema mais flexível, inclusivo, diversificado e capaz de responder às novas necessidades da sociedade. A Estratégia Nacional para o Voluntariado deverá, por isso, não apenas responder aos desafios atuais do setor, mas antecipar estas transformações e criar as condições para que o voluntariado continue a ser uma força relevante de participação, coesão social e resiliência.

1.3 Os três desafios que persistem do Setor

#1	Financiamento estruturalmente insuficiente	35% das OPV operam sem orçamento específico para o voluntariado. O financiamento é maioritariamente pontual, dependente de projetos europeus e de consignação de IRS, sem garantias de continuidade. Não existe uma linha de financiamento público dedicada à infraestrutura de gestão do voluntariado.
#2	Défi ce de retenção e compromisso das pessoas voluntárias	53,7% das OPV reportam rotatividade moderada a elevada. A tendência - particularmente entre os mais jovens - é para formas de voluntariado episódico, sem continuidade. A ausência de mecanismos formais de reconhecimento e integração agrava o abandono precoce, gerando um ciclo de recrutamento contínuo que esgota os recursos humanos das organizações.
#3	Gestão profissional fragmentada e subfinanciada	Apenas 2/3 das OPV tem formalmente a função de gestão/coordenação de voluntariado, e mesmo nesses casos a afetação é frequentemente parcial e sem formação adequada. A burocracia excessiva, aliada à falta de ferramentas digitais e de sistemas de avaliação de impacto, perpetua uma gestão reativa, incapaz de responder à crescente exigência dos perfis de voluntariado atuais.

1.4 Ambição estratégica: cinco eixos de transformação

A presente estratégia articula-se em torno de cinco eixos de transformação que informam todos os pilares e ações subsequentes:

- **Eixo 1:** Crescimento inclusivo do número de pessoas voluntárias, com especial foco na diversidade etária, geográfica e socioeconómica e na promoção da literacia cívica e do voluntariado ao longo da vida.
- **Eixo 2:** Diversificação da oferta de voluntariado, incluindo novas áreas de intervenção e a capacidade de mobilização em contextos de emergência e crise (ambiente, alterações climáticas, desafios territoriais emergentes, combate à violência e proteção dos direitos humanos, cultura, cidadania global, saúde mental, proteção civil) e modalidades flexíveis (micro-voluntariado, voluntariado digital, voluntariado de competências).
- **Eixo 3:** Capacitação e profissionalização devem ser apoiadas por um quadro jurídico atualizado e adequado às novas realidades do voluntariado dos agentes do ecossistema - OPV, BLV, gestores de voluntariado, entidades empregadoras na sua diversidade (organizações da economia social, empresas, organizações centrais do estado, autarquias), instituições do Ensino Superior, etc.
- **Eixo 4:** Maximização e demonstração do impacto social, ambiental e económico do voluntariado, valorizando também as competências adquiridas pelas pessoas voluntárias, recorrendo a sistemas de avaliação e comunicação de resultados.
- **Eixo 5:** Visibilidade, reconhecimento e valorização das pessoas, competências e impacto do voluntariado, acompanhados de investimento sustentado - público e privado - nas estruturas de voluntariado.

2. BENCHMARKING INTERNACIONAL

A análise comparativa de seis países com práticas de referência permite identificar mecanismos concretos e adaptáveis ao contexto português. Para cada país destaca-se o elemento que Portugal deve prioritariamente adotar.

IRLANDA	[Ponto forte] Infraestrutura local de apoio e capacitação Prática de referência: Rede de Volunteer Centres com cobertura nacional, financiada pelo Estado, como interface entre pessoas voluntárias e OPV, oferecendo formação, apoio técnico e dados ao setor. Lição para Portugal: Portugal deve criar uma Rede Nacional de Centros de Voluntariado, articulada com os BLV existentes, com financiamento estável e mandato claro de capacitação. Mecanismo a adotar: O modelo Investing in Volunteers (IiV) - padrão de qualidade nacional para a gestão do voluntariado, que Portugal pode adaptar e certificar por mecanismo oficial.
INGLATERRA	[Ponto forte] Voluntariado Digital, Flexível e de Competências Prática de referência: Plataforma Do-it.org e programa Team London: transição para modelos de micro-volunteering, virtuais e baseados em competências profissionais, alcançando novos perfis de voluntariado. Lição para Portugal: Portugal deve investir numa plataforma digital nacional interoperável – possivelmente integrando ou substituindo o “Portugal Voluntário” - com matching inteligente, micro-missões e registo de horas e competências. Mecanismo a adotar: Abordagem “bite-sized volunteering”: oportunidades de 1-3 horas, sem compromisso de regularidade, como porta de entrada para o voluntariado continuado.
AUSTRÁLIA	[Ponto forte] Estratégia Nacional unificada e medição de impacto económico Prática de referência: National Strategy for Volunteering (2023-2033) com 10 objetivos mensuráveis, co-construídos com o setor, e cálculo regular do valor económico do voluntariado (estimado em +17 mil milhões AUD/ano). Lição para Portugal: Portugal precisa de uma Estratégia Nacional do Voluntariado até 2031 com metas quantificáveis, revisão bienal e compromisso de financiamento plurianual do OE. Mecanismo a adotar: Metodologia de cálculo do valor económico do voluntariado como argumento político e de advocacy junto dos decisores públicos e privados.
ESPANHA	[Ponto forte] Integração legislativa e reconhecimento de competências Prática de referência: Lei 45/2015 com direitos e deveres claros, reconhecimento de competências adquiridas em cursos públicos, 15 leis regionais complementares e Observatório Nacional do Voluntariado. Lição para Portugal: Portugal deve urgentemente rever a Lei 71/98, incorporando o voluntariado informal, corporativo, digital, o reconhecimento formal de competências e mecanismos de financiamento específicos. Mecanismo a adotar: O Observatório do Voluntariado (promovido pela CPV) com publicação bienal de um Relatório Nacional do estado do Voluntariado.
ESTADOS UNIDOS	[Ponto forte] Voluntariado corporativo massivo e plataformas unificadas Prática de referência: Ecossistema de voluntariado corporativo mais desenvolvido do mundo, com plataformas como VolunteerMatch e Benevity. Em 2024, mais de 60 milhões de americanos fizeram voluntariado através dos seus empregadores. Lição para Portugal: Portugal deve criar um programa nacional de certificação “Empresa Voluntária” e incentivos fiscais progressivos para empresas que oferecem bolsas de horas de voluntariado. Mecanismo a adotar: Cultura do “skills-based corporate volunteering”, voluntariado de competências técnicas (jurídicas, financeiras, de TI, de comunicação, etc.) por parte de profissionais a favor das OPV.

CANADÁ	[Ponto forte] Voluntariado jovem e reconhecimento de competências Prática de referência: O Programa Volunteer Canadá e o Canadá Service Corps mobilizam dezenas de milhares de jovens anualmente, com reconhecimento curricular, bolsas de participação e integração nos planos de carreira. Lição para Portugal: Portugal deve criar um "Passaporte do Voluntário" digital - certificado interoperável com o CV europeu - reconhecido por empregadores públicos e privados. Mecanismo a adotar: Modelo de co-design de programas de voluntariado jovem com os próprios jovens, garantindo relevância, autonomia e impacto percebido.
3. PILARES E AÇÕES ESTRATÉGICAS	

A estratégia **"Portugal Voluntário 2031"** organiza-se em torno de 4 pilares interdependentes. Cada pilar é operacionalizado por ações concretas, atribuídas aos diferentes agentes do ecossistema, garantindo responsabilização clara e colaboração em rede.

PILAR 1: MOBILIZAR

Aumentar e Diversificar a Participação

Objetivo: Aumentar a taxa de voluntariado em Portugal de 7,3% para 13% até 2031, com foco em grupos sub-representados.

Estado / CPV	1. Lançar o Portal do Voluntariado.pt, "one stop shop" para o voluntariado, com uma bolsa nacional de voluntariado, o Cartão de Voluntário, iniciativas, formação, recursos, notícias, etc. 2. Criar o Programa Nacional de Voluntariado Escolar - integrar 2h mensais nas escolas desde o 1.º ciclo do ensino Básico no âmbito da Educação para a Cidadania, garantindo a criação de uma cultura de participação cívica, articulada com outras áreas da Educação para a Cidadania. 3. Lançar o programa "Voluntário Ativo+" tendo em vista o contributo para uma longevidade saudável e ativa de pessoas com 65+ em parceria com a Segurança Social e o INATEL. 4. Promover a participação cívica dos jovens através do voluntariado e do associativismo juvenil, reconhecendo estes espaços como contextos de aprendizagem democrática, desenvolvimento de competências cívicas, liderança e participação ativa. 5. Estabelecer bolsa de 3 dias/ano de voluntariado remunerado para todas as pessoas com vínculo à função pública. 6. Criar incentivos fiscais progressivos (dedução IRS/IRC) para voluntariado documentado.
Autarquias / BLV	1. Implementar "Agendas Locais do Voluntariado" em todos os municípios com mais de 10.000 habitantes. 2. Criar um mapa nacional interativo de oportunidades de voluntariado, georreferenciado e atualizado pelos BLV. 3. Lançar campanhas anuais de sensibilização articuladas com o Dia Internacional do Voluntariado (5 de dezembro)/ Semana Nacional do Voluntariado.
OPV / Organizações da Economia Social	1. Desenvolver programas de "micro-voluntariado" (1-4 horas) para perfis com menor disponibilidade. 2. Criar programas de voluntariado inclusivo para pessoas com deficiência em parceria com organizações especializadas. 3. Implementar estratégias de recrutamento ativo em comunidades imigrantes.

Empresas/ entidades empregadoras	1. Implementar políticas de "Volunteering Leave" - mínimo de 8h/ano pagas, incentivadas pelo Selo "Empresa Voluntária". 2. Promover voluntariado intergeracional: entre pessoas seniores da empresa e jovens voluntários externos.
Universidades / IES /Organizações Juvenis e Associativismo	1. Criar Unidades Curriculares de Voluntariado com créditos ECTS em todas as IES da R-VES. 2. Lançar "Semanas de Voluntariado" temáticas em todas as IES articuladas com OPV e BLV locais. 3. Apoiar projetos promovidos por jovens, com vista à redução de barreiras económicas e sociais à participação e ao reforço dos órgãos de dinamização juvenil.

PILAR 2: QUALIFICAR

Capacitar agentes e diversificar a oferta

Objetivo: Elevar o nível de competência da gestão de voluntariado e garantir que 90% das OPV com mais de 100 pessoas voluntárias tenham uma pessoa qualificada nesta função até 2031.

Estado / CPV	1. Criar um currículo-base de formação em voluntariado, uma bolsa de formadores acreditados, e uma biblioteca de recursos de formação 2. Lançar programa de bolsas de formação em gestão de voluntariado para OPV com menos de 5 pessoas colaboradoras. 3. Desenvolver e disponibilizar gratuitamente um Kit Digital de Gestão de Voluntariado para todas as OPV. 4. Criar a Certificação Nacional de Gestor de Voluntariado (Nível 5 do QNQ) - percurso de 120h acreditado pelo IEFP. 5. Lançar um programa nacional de preparação e gestão de pessoas voluntárias e organizações para resposta eficiente em situações de emergência. 6. Incentivar e apoiar a criação de uma Rede Nacional de Gestores e Coordenadores de Voluntariado. 7. Criar um Observatório Nacional do Voluntariado com publicação bienal de relatório de estado do setor.
Autarquias / BLV	1. Transformar os BLV em Centros de Recursos para o Voluntariado Local com quadro mínimo de uma pessoa técnica dedicada. 2. Criar programas de voluntariado de competências para áreas específicas (ambiente e combate às alterações climáticas, combate à violência e proteção dos direitos humanos, educação para a cidadania global, saúde mental, proteção civil, cultura, saúde, desporto). 3. Mapear e publicar anualmente as áreas com déficit de oferta/ procura de voluntariado no território. 4. Considerar a criação de uma Rede Nacional de Autarquias Voluntárias, onde se estabeleçam e consolidem programas de investimento no voluntariado local e de troca de ideias e recursos.
OPV / Organizações da Economia Social	1. Adotar o padrão de qualidade "Selo de Qualidade em Gestão de Voluntariado" com acompanhamento da CPV e reconhecimento público. 2. Diversificar a oferta para áreas emergentes: saúde mental, transição climática, literacia digital, cidadania global, acesso aos bens comuns, coesão social e territorial, desafios demográficos e inclusão de pessoas imigrantes e refugiadas.

	3. Implementar programas de mentoria interna - pessoas mais experientes acompanham as mais novas. 4. Reconhecer e apoiar o voluntariado informal e não formal, como formas não enquadradas institucionalmente no domínio do voluntariado, mas com alto valor económico, social e ambiental na sua ação.
Empresas/ entidades empregadoras	1. Criar programas de "pro bono strategic volunteering" - equipas prestam assessoria estratégica a OPV durante 6-12 meses. 2. Integrar voluntariado de competências nos planos de desenvolvimento profissional das pessoas colaboradoras.
Universidades / IES	1. Criar centros de investigação aplicada sobre voluntariado - mínimo 3 IES até 2029. 2. Desenvolver MOOCs sobre gestão de voluntariado, disponíveis gratuitamente a todas as OPV.

PILAR 3: RECONHECER

Valorizar, Visibilizar e Recompensar

Objetivo: Criar um ecossistema de reconhecimento formal e informal do voluntariado que aumente a atratividade, a retenção e o prestígio social do voluntariado em Portugal.

Governo / CPV	1. Criar o "Passaporte Digital do Voluntariado" - registo certificado interoperável com o CV Europeu e reconhecido em concursos públicos. 2. Consagrar legalmente o reconhecimento do voluntariado como experiência profissional equivalente na Administração Pública. 3. Alargar o Troféu Português do Voluntariado atribuído anualmente a pessoas voluntárias, organizações públicas e privadas sem fins lucrativos e empresas. 4. Manter e aprofundar as iniciativas "Selo de Qualidade" para instituições do Ensino Superior e o Galardão "Autarquia Voluntária" (anteriormente promovidos pela CASES) 5. Garantir cobertura mediática do voluntariado, de forma sistemática nos canais públicos (RTP/RDP/ Agência Lusa) - mínimo 1 programa mensal.
Autarquias / BLV	1. Institucionalizar cerimónias anuais de reconhecimento local de voluntários e OPV, com presença do Executivo Municipal. 2. Criar sistemas de "moeda social" local - pontos de voluntariado convertíveis em benefícios municipais (ex. Estatuto Municipal do Voluntário). 3. Atribuir designação "Município Amigo do Voluntariado" a autarquias com estratégia, orçamento e dados publicados, além da continuação da Capital Portuguesa do Voluntariado
OPV / Organizações da Economia Social	1. Implementar sistemas de reconhecimento progressivo: certificados, badges digitais, eventos anuais de celebração. 2. Criar o "Relatório de Impacto do Voluntariado" anual - documento personalizado com o impacto quantificado. 3. Desenvolver programas de embaixadores/as do voluntariado - pessoas ex-voluntárias que comunicam o impacto nas suas redes.
Empresas/ entidades empregadoras	1. Publicar anualmente o "Relatório de Voluntariado Corporativo" com indicadores de participação e impacto ESG. 2. Criar carreiras internas de "Responsável de Voluntariado Corporativo" em parceria com as IES.

**Media /
Comunicação**

1. Lançar uma campanha nacional plurianual "Portugal Voluntário" com parceiros media e celebridades embaixadoras.
2. Criar um prémio anual de jornalismo sobre voluntariado, gerido pela CPV em parceria com associações de jornalistas.

PILAR 4: SUSTENTAR

Financiar, Avaliar e Consolidar a infraestrutura

Objetivo: Garantir a sustentabilidade financeira, legal e institucional do ecossistema do voluntariado através de financiamento diversificado e estável e de sistemas de avaliação robustos.

Estado / CPV	1. Criar um Fundo Nacional do Voluntariado - linha plurianual de 15 M EUR/ano, destinada a apoiar a infraestrutura de gestão e os custos estruturais do voluntariado nas OPV. 2. Aprovar a nova Lei do Voluntariado até 2027 - revendo a Lei 71/98 para incluir voluntariado informal, corporativo, universitário, digital e reconhecimento de competências e mecanismos de incentivo à participação e ao investimento no voluntariado. 3. Criar a Comissão Interministerial do Voluntariado coordenando a integração em políticas setoriais. 4. Estabelecer sistema de monitorização nacional com publicação anual de indicadores em dados.gov.pt.
Autarquias / BLV	1. Garantir orçamento municipal dedicado ao voluntariado - mínimo de 0,1% do orçamento para municípios acima de 20 000 hab. 2. Criar Fundo Intermunicipal de Voluntariado nas AM - Áreas Metropolitanas e CIM - Comunidades Intermunicipais para cofinanciar projetos supramunicipais.
OPV / Organizações da Economia Social	1. Implementar sistemas de avaliação de impacto publicados anualmente, incluindo valor económico (método de custo de substituição). 2. Criar consórcios de OPV para partilha de recursos: plataformas tecnológicas, formação, seguros coletivos. 3. Diversificar fontes de financiamento: <i>crowdfunding</i>, legados, mecenato, consignação de IRS.
Empresas/ entidades empregadoras	1. Criar o "Fundo Empresarial para o Voluntariado" - <i>pool</i> de financiamento privado com <i>matching</i> de apoios públicos. 2. Integrar indicadores de voluntariado nos relatórios ESG alinhados com <i>ratings</i> de agências internacionais.
Universidades / IES	1. Garantir financiamento estável ao Observatório do Voluntariado em Portugal através de protocolo FCT - 300K EUR/ano para investigação. 2. Criar Centro Nacional de Formação em Gestão do Voluntariado - consórcio de no mínimo 5 IES e Entidades da Economia Social.

Nota: as verbas do Fundo Nacional do Voluntariado e a dotação orçamental municipal (mínimo de 0,1%) preveem linhas exclusivas de cofinanciamento direto para a capacitação e funcionamento contínuo dos BLV e estruturas locais de proximidade

4. MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO E CRONOGRAMA

As ações estratégicas foram classificadas segundo dois critérios: Impacto potencial (transformação esperada no ecossistema) e Viabilidade de implementação (recursos, dependências legislativas, maturidade dos agentes). Legenda: ●●●● = Muito Alto | ●●●○ = Alto | ●●○○ = Médio | ●○○○ Baixo.

PRIORIDADE 1 - CURTO PRAZO (0-12 meses)

Ganhos Rápidos e Estruturação Fundacional

Critério: Alto impacto percebido + Alta viabilidade imediata

Área	Ação Estratégica	Responsável	Impacto	Viab.
Lei	Concluir processo participativo de revisão da Legislação (prazo 18 meses – inclui proposta de Decreto-Lei)	<i>Estado</i>	●●●○	●●●●
Digital	Lançar Portal do Voluntariado.pt* com matching digital, micro-voluntariado, e voluntariado de emergência	<i>CPV + Estado</i>	●●●●	●●●○
Formação	Lançar Kit Digital de Gestão de Voluntariado (gratuito para OPV)	<i>CPV (GT1)</i>	●●●●	●●●●
Prémios	Alargar Troféu Português do Voluntariado e lançar Selo "Empresa Voluntária"	<i>CPV+ GRACE</i>	●●●○	●●●●
Escola	Protocolo-piloto de Voluntariado Escolar em 100 escolas	<i>MEC + Autarquias + CPV</i>	●●●●	●●●○
BLV	Garantir uma pessoa ao nível técnico, dedicada a tempo inteiro em 50% dos BLV ativos	<i>Autarquias</i>	●●●○	●●●○
ESG	Lançar guia de Voluntariado Corporativo para PME, com GRACE e CCP	<i>Empresas + CPV</i>	●●●○	●●●●
Dados	Criar dashboard público com indicadores básicos do voluntariado em dados.gov.pt	<i>Estado + CPV</i>	●●●○	●●●●

PRIORIDADE 2 - MÉDIO PRAZO (1-3 anos)

Consolidação Sistémica e Expansão

Critério: Alto impacto estrutural + Viabilidade dependente de legislação ou financiamento

Área	Ação Estratégica	Responsável	Impacto	Viab.
Lei	Aprovação e entrada em vigor da nova legislação do voluntariado	<i>AR + Governo</i>	●●●●	●●●○
Fundo	Criar o Fundo Nacional do Voluntariado (15M EUR/ano, plurianual)	<i>Estado + Empresas (investidores sociais)</i>	●●●●	●●○○
Passaporte	Lançar o Passaporte Digital do Voluntário* interoperável com CV Europeu	<i>IEFP + CPV</i>	●●●●	●●●○

Certif.	Criar e acreditar a Certificação Nacional de Gestor de Voluntariado (QNQ N5)	IES + IEPF + CPV (GT1)	●●●●	●●●○
Observat.	Lançar o Observatório Nacional do Voluntariado com financiamento FCT	CPV + IES	●●●○	●●●○
Municípios	Implementar Agendas Locais do Voluntariado em 50% dos municípios-alvo	Autarquias + CPV	●●●●	●●●○
IES	Criar UC de Voluntariado com ECTS em 15 IES da R-VES	IES + R-VES	●●●○	●●●●
Campanha	Lançar campanha nacional "Portugal Voluntário" com parceiros media	CPV + Estado	●●●●	●●●○
Pro bono	Criar programa nacional de voluntariado de competências pro bono para OPV	Empresas + CPV + OPV	●●●○	●●●○
Impacto	Implementar sistema de cálculo do valor económico do voluntariado (metodologia OIT)	CPV + INE + FCG	●●●●	●●○○

PRIORIDADE 3 - LONGO PRAZO (3-5 anos)

Transformação Cultural e Sustentabilidade

Critério: Transformação sistémica + Dependente de consolidação das fases anteriores

Área	Ação Estratégica	Responsável	Impacto	Viab.
Taxa	Alcançar 13% de taxa de voluntariado formal/informal (meta Eurostat)	Todo o ecossistema	●●●●	●●●○
Rede	Criar Rede Nacional de Centros de Voluntariado (25 centros regionais)	Estado + Autarquias + CPV	●●●●	●●○○
Corp.	Atingir 300 empresas certificadas "Empresa Voluntária" com 1000+ voluntários	GRACE + Empresas + CPV	●●●○	●●●○
Escola	Universalizar o Voluntariado Escolar - cobertura nacional 2º e 3º ciclos	MEC + Autarquias	●●●●	●●○○
Passport	Atingir 1 milhão de Passaportes Digitais do Voluntariado emitidos e reconhecidos	Estado/ IEPF/ IPDJ + CPV	●●●●	●●●○
ESG	Passar a ter o Voluntariado integrado nos critérios ESG obrigatórios para empresas cotadas	Estado + CMVM	●●●○	●●○○
Intern.	Dinamizar a criação de Rede Lusófona de Voluntariado, e criar plataforma ibérica de qualificação e boas práticas	CPV + MNE	●●○○	●●●○

* O Portal do Voluntariado.pt e o Passaporte Digital do Voluntário deverão constituir as peças centrais de um ecossistema digital seguro, transparente e centrado nas pessoas, concebido de acordo com os princípios de privacidade desde a conceção e por defeito, garantindo a conformidade com o RGPD, a segurança da informação e o controlo dos cidadãos voluntários sobre os seus dados pessoais.

5. INDICADORES DE SUCESSO (KPIs)

O sucesso da estratégia "Portugal Voluntário 2031" será aferido através de sete indicadores-chave de desempenho, alinhados com os cinco eixos de transformação. O Observatório Nacional do Voluntariado será responsável pela recolha, validação e publicação anual destes dados.

KPI	Indicador e Descrição	Baseline 2026	Meta 2028	Meta 2031	Fonte / Freq.
KPI 01	Taxa Nacional de Voluntariado Percentagem da população adulta (16+) que realizou pelo menos uma atividade de voluntariado nos últimos 12 meses	7,3% (Eurostat 2022)	10,0%	13,0%	Eurostat / ITV (CPV + INE) Bienal
KPI 02	Número de Pessoas Voluntárias Ativas Registadas Total de pessoas com registo ativo no PortaldoVoluntariado.pt ou nas bases de dados de OPV registadas na CPV	~700K (CPV 2024)	1,2M	1,8M	PortaldoVoluntariado.pt / CPV Anual
KPI 03	Índice de Qualidade da Gestão do Voluntariado (IQGV) Índice associado aos critérios de atribuição do Selo Join4Change (CPV), mede presença de gestor qualificado, acordo escrito, seguro, formação, avaliação e reconhecimento nas OPV	~42/100 (estimado IESE 2025)	62/100	78/100	Questionário bienal CPV / Observatório Bienal
KPI 04	Valor Económico do Voluntariado (VEV) Estimativa do valor económico gerado (horas x salário mínimo), expresso em % do PIB nacional	Não calculado (a definir 2026)	1,2% PIB	1,8% PIB	Observatório + INE (metodologia OIT) Bienal
KPI 05	Empresas com Programa Formal de Voluntariado Corporativo Empresas com mais de 10 colaboradores com política formal de voluntariado documentada e pelo menos 20% de participantes no Programa.	~120 (GRACE 2024)	300	600	Registo CPV "Empresa Voluntária" Anual
KPI 06	Cobertura do Ecosistema Educativo Percentagem de escolas (2º e 3º ciclos + secundário) e de IES com programa formal de voluntariado no plano de atividades.	Escolas: <5% IES: 48%	Escolas: 25% IES: 75%	Escolas: 60% IES: 95%	DGE / R-VES / CPV Anual
KPI 07	Taxa de Retenção de Voluntariado Percentagem de pessoas voluntárias que, tendo realizado pelo menos uma atividade, continuam ativas na mesma OPV 12 meses depois.	~46% (rotatividade alta em 54% OPV - IESE 2025)	60%	70%	Questionário bienal CPV / Observatório Bienal

NOTA FINAL - CONVITE AO DEBATE

"O voluntariado não é um recurso residual da sociedade portuguesa - é uma das suas expressões mais autênticas de cidadania, solidariedade e coesão."

O presente documento é, deliberadamente, uma proposta aberta. A sua utilidade está na capacidade de provocar debate, reunir perspetivas e construir consenso em torno de um compromisso nacional com o voluntariado. Nenhuma das ações aqui propostas pode ser implementada unilateralmente - todas requerem parceria, confiança e coordenação entre agentes com culturas, recursos e ritmos distintos.

Propõe-se que um "Fórum Nacional do Voluntariado", no âmbito das celebrações do Ano Internacional do Voluntariado 2026, adote esta visão como ponto de partida para um processo estruturado de co-construção estratégica, com os seguintes passos imediatos:

- **Julho-Setembro:** Trabalho da Taskforce integrada pela CPV, Pista Mágica e ANIMAR, com consulta aos principais agentes do setor;
- **15 Setembro:** Realização de um Fórum Nacional do Setor em Lisboa (15 Setembro) com apresentação da Proposta e recolha de contributos para uma primeira revisão da proposta inicial; apresentação da Proposta aos Grupos Parlamentares, por ocasião das Sessões Parlamentares sobre o Voluntariado (AIV-CPV);
- **16 Setembro-30 Setembro:** Apresentação formal ao Governo com pedido de dotação orçamental para o primeiro ano do "Portugal Voluntário" e integração na Proposta de Orçamento a ser entregue na AR até 10 de Outubro;
- **Outubro-Novembro:** Publicação da proposta online, com recomendação de discussão interna entre OPV, BVL e outros agentes do setor, com possibilidade de recolha de contributos para a elaboração da Proposta Final e integração das ideias propostas nas suas próprias estratégias, planos e orçamentos (CPV recorre a edições específicas do Encontro de Coordenadores Locais de Voluntariado/ BLV e da Roda das Confederadas/ OPV para promoção destes objetivos);
- **1-5 Dezembro:** Apresentação oficial da Visão Estratégica "Portugal Voluntário 2031" na Semana Nacional do Voluntariado (1-5 Dezembro), com o lançamento de uma subscrição online "oficial" dos agentes;
- **Janeiro-Março 2027:** Elaboração de um Plano Estratégico mais detalhado e início da implementação, com um roadshow nacional em 5 cidades "centrais" (uma por grande região), mobilização de agentes, governo local, CCDR, Ensino Superior, etc.

MOBILIZAR
Mais pessoas, mais diversas,
em mais lugares.

QUALIFICAR
Melhor gestão, melhores
experiências, maior
impacto.

RECONHECER
Mais visibilidade, mais
valorização, mais
investimento.

Portugal Voluntário 2031

Juntos, investimos nas pessoas e no país.